



## PRISÕES NA EUROPA: NOTÍCIAS JURÍDICAS NACIONAIS

NOVEMBRO DE 2022

*Pode ser desafiador para os profissionais acompanhar os desenvolvimentos a nível nacional em sede de jurisprudência, legislação e ação governativa sobre questões prisionais. Com este resumo, a **European Prison Litigation Network, os seus membros e os seus parceiros em toda a Europa** visam informar os advogados nacionais e as organizações da sociedade civil sobre os desenvolvimentos jurídicos mais importantes em questões prisionais. Esperamos que isto lhe permita identificar melhor as tendências europeias e utilizá-las na sua prática jurídica. Este resumo abrange **14 Estados-membros da União Europeia, bem como a Rússia, a Moldávia, a Ucrânia e a Geórgia.***

*Agradecemos os seus comentários quanto ao modo de tornar esta newsletter o mais útil possível para si.*

---

### SUMÁRIO DE NOTÍCIAS JURÍDICAS PRISIONAIS

ABRIL-JULHO DE 2022

---

**CONSELHO DA EUROPA** ■ O Parlamento **russo** aprovou uma lei que permite às autoridades russas não executarem os acórdãos do TEDH que tenham transitado em julgado após 15 de março de 2022.

**RECURSOS COMPENSATÓRIOS** ■ Na **Bélgica**, um caso invulgar de um recluso ilegalmente ouvido na ausência do seu advogado que recebeu uma tarte de morango como compensação [ilustra as deficiências dos recursos compensatórios existentes para os reclusos nesse país](#). Na **Bulgária**, um tribunal calculou a indemnização por danos não-patrimoniais devida a um recluso que estivera privado da sua liberdade em condições “desumanas e degradantes” (sobrelotação, falta de higiene, iluminação inadequada, cuidados médicos insuficientes, etc.) [com base no valor dos apoios sociais concedidos a pessoas com falta de recursos](#).

**COVID-19** ■ Na **Geórgia**, foi implementado um sistema de redução de pena como forma de compensar os reclusos pelas restrições impostas na prisão durante a pandemia de COVID-19. Na **Hungria**, as visitas aos estabelecimentos prisionais foram retomadas, mas só podem realizar-se com separação física total. Em **Portugal**, um tribunal [decidiu que as medidas temporárias introduzidas no contexto da pandemia de COVID-19 só se aplicavam a penas de prisão cumpridas em reclusão](#) e não a penas de prisão cumpridas em regime de permanência na habitação.

**CONDIÇÕES DE PRIVAÇÃO DA LIBERDADE** ■ Na **Hungria**, um tribunal considerou não ter havido violação de direitos fundamentais no caso de um recluso transportado de uma prisão para outra 32 vezes em más condições (falta de casa de banho, uso de algemas, falta de cinto de segurança). Também na **Hungria**, um tribunal decidiu que obrigar um recluso não fumador a esperar no pátio juntamente com reclusos fumadores devido à falta de um número suficiente de guardas prisionais constituía uma violação do seu direito à vida e à saúde. O Ministério da Justiça **russo** adotou um [novo regulamento que melhora as normas relativas às condições nas prisões](#). Na **Grécia**, nova legislação altera os requisitos da transferência de reclusos para “prisões agrícolas” (campos prisionais) de baixa segurança, simplificando os requisitos da transferência e aumentando o número de infrações que constituem fundamento de exclusão dessa medida. Na **Bélgica**, o Diretor Geral da Administração Prisional anunciou o encerramento de uma das duas “casas de transição” (pequenas prisões) existentes no país após a retirada da empresa privada que deveria administrá-la. Também na **Bélgica**, o Ministro da Justiça anunciou a abertura, num futuro próximo, de casas de privação da liberdade para execução de penas de prisão de curta duração.

**EDUCAÇÃO** ■ Na **Geórgia**, um novo memorando entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação permite que os reclusos estudem na universidade através de um sistema de *e-learning*. O Ministro da Justiça de **Portugal** declarou recentemente que estava a planear [oferecer cursos de educação e de formação a 35% da população prisional até ao final de 2022](#).

**ALIMENTAÇÃO** ■ Um tribunal **austriaco** [especificou as regras de fornecimento de alimentação a pessoas privadas da liberdade](#). Na **Ucrânia**, foi recentemente aprovada [uma lei sobre o procedimento a seguir em caso de alimentação forçada](#).

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO** ■ O Tribunal Constitucional Federal **alemão** decidiu que a administração prisional tinha violado a liberdade de expressão de um recluso ao recusar o pedido de entrevista de um jornalista.

**SAÚDE** ■ Na **Bulgária**, em dois casos separados, os tribunais nacionais atribuíram compensação a um [recluso que tinha contraído tuberculose na prisão](#) e [a um recluso que não tinha recebido insulina regularmente nem tinha sido levado a check-ups](#) em estabelecimentos médicos externos. O Tribunal Constitucional **russo** decidiu que os presos preventivos têm o direito de recurso imediato do indeferimento de pedidos de exames periciais médicos cujo propósito seja apurar se o seu estado de saúde é compatível com a sua prisão preventiva. Também na **Rússia**, o Supremo Tribunal rejeitou o pedido de um hospital prisional de descontinuar a execução de uma sentença que o obrigava a disponibilizar uma prótese dentária a um recluso após esse recluso ter sido transferido para outra região. O Diretor Geral das Prisões **belga** anunciou a distribuição gratuita de pensos higiénicos a todas as reclusas. Uma prisão em **Portugal** realizou a sua [primeira teleconsulta com uma unidade hospitalar](#). Em **Espanha**, pela primeira vez, [os tribunais decidiram um caso sobre eutanásia nas prisões](#).

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** ■ Em **Espanha**, o Governo adotou um Real Decreto que estabelece um quadro regulamentar para o uso de tecnologias da informação na prisão.

**PROTEÇÃO JURÍDICA E REPRESENTAÇÃO** ■ Um tribunal **búlgaro** [não aceitou um recurso do Gabinete Nacional de Apoio Judiciário, que discordava da atribuição de honorários ao advogado que representou um recluso](#). Na **Ucrânia**, alterações legislativas permitiram aos representantes de reclusos perante o Tribunal Penal Internacional visitarem os reclusos e

prestarem-lhes aconselhamento jurídico. O Supremo Tribunal da **Rússia** alargou a possibilidade de os presos preventivos outorgarem uma procuração. Na **Alemanha**, o Tribunal Federal Constitucional decidiu que o direito de um recluso a um recurso efetivo tinha sido violado devido à falha do tribunal em tratar de forma expedita o seu pedido.

**LGBTIQ** ■ A Direção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais **portuguesa** adotou [novas regras para a proteção dos direitos de pessoas transgénero na prisão](#).

**PENAS DE PRISÃO PERPÉTUA** ■ Na **Polónia**, entre outras propostas de alteração, o Ministério da Justiça pretende introduzir a pena de prisão perpétua sem possibilidade de liberdade condicional para alguns crimes.

**MONITORIZAÇÃO** ■ O estatuto do Mecanismo Nacional de Prevenção **húngaro** foi diminuído pelos seus pares devido à sua falta de independência. Na **Bélgica**, a administração prisional emitiu um memorando interno pedindo aos diretores das prisões que reportem sistematicamente incidentes graves aos comités de monitorização. Em **França**, o Presidente da Ordem dos Advogados de Toulouse visitou uma prisão local e avaliou a implementação pelo governo de uma medida cautelar emitida pelo tribunal há alguns meses.

**DETENÇÃO DE SEGURANÇA** ■ O governo **polaco** anunciou uma série de alterações à lei sobre os centros de detenção de segurança, onde pessoas com perturbações mentais consideradas perigosas são colocadas após cumprirem uma pena de prisão.

**LEI PRISIONAL** ■ Em **França**, um [Código Prisional, contendo todas as disposições legais relativas às prisões](#), entrou em vigor.

**FUNCIONÁRIOS PRISIONAIS** ■ Funcionários prisionais de uma prisão **austríaca** enviaram uma carta oficial ao diretor de uma prisão, alegando que tinham “perdido o controlo” do estabelecimento e referindo diversos problemas de gestão graves.

**ESTATÍSTICAS PRISIONAIS** ■ O governo **lituano** [aprovou a construção de uma nova prisão](#), a primeira desde a restauração da independência do país, destinada a aumentar o espaço pessoal por recluso. O Ministério da Justiça **português** [anunciou a criação de espaço para 600 novos reclusos](#). Na **Hungria**, o número de presos preventivos aumentou 25% entre 2020 e 2021 de acordo com as novas estatísticas divulgadas pelo governo. Dados disponibilizados pelo governo **moldavo** mostram que [mais de metade das prisões continua sobrelotada](#). Também na **Moldávia**, um despacho do Ministério da Justiça [aumentou a capacidade oficial dos estabelecimentos prisionais, resultando numa diminuição do espaço pessoal por recluso](#). Por último, na **Moldávia**, as [autoridades têm feito um uso limitado da lei de amnistia aprovada em 2021](#), nomeadamente para reduzir a sobrelotação nas prisões, de acordo com estatísticas recentes.

**PRISÃO EM TEMPO DE GUERRA** ■ De acordo com alguns relatos de meios de comunicação social e de ONG, a empresa militar privada **rusa** Wagner tem estado a [recrutar ativamente pessoas condenadas provenientes de diversas colónias correcionais russas para participarem nas suas operações miliares na Ucrânia](#). Na **Ucrânia**, uma [nova lei regula a libertação de pessoas condenadas e de prisioneiros de guerra para futuras trocas](#).

**VIDA PRIVADA E FAMILIAR** ■ O Supremo Tribunal da **Rússia** alargou a lista de instituições com as quais um recluso se pode corresponder em inteira confidencialidade. O Supremo Tribunal **húngaro** decidiu que a colocação de um recluso a mais de 200 km de distância dos seus familiares não violava os seus direitos. Uma série de alterações ao Código de Execução de Penas **lituano** aumenta o número de visitas e de chamadas telefónicas a que os reclusos têm direito (a reforma traz também alterações significativas em áreas como o trabalho, os regimes de reclusão e a vigilância eletrónica). Um tribunal **austríaco** indeferiu o requerimento de um recluso que pediu autorização para comprar um computador portátil com o dinheiro que ganhara na prisão e considerou que o objetivo declarado desta compra (“educação”) era “inespecífico”. Na **Alemanha**, o Tribunal Constitucional Federal decidiu que ao sujeitar um recluso a análises de urina aleatórias e supervisionadas, realizadas na presença de funcionários prisionais, a administração prisional violou o direito de privacidade do recluso. O Tribunal Constitucional **polaco** decidiu que uma lei que nega a um familiar de uma pessoa privada da liberdade o direito de apresentar queixa contra a recusa do procurador de permitir que a pessoa privada da liberdade estabeleça contacto telefónico com o familiar é conforme à Constituição. Num [pedido de decisão prejudicial submetido ao TJUE](#), o Supremo Tribunal **italiano** perguntou se a entrega de uma mãe que vive com filhos menores é compatível com o Direito europeu em matéria de direitos humanos.

**RELIGIÃO** ■ O Parlamento **austríaco** aprovou uma [resolução que aumenta os fundos para assistência espiritual e religiosa nas prisões](#).

**SEGURANÇA** ■ Na Renânia do Norte-Vestfália, **Alemanha**, uma nova Lei Prisional reforça o objetivo de segurança do sistema prisional (e permite mais derrogações ao princípio do alojamento em cela individual). Em **Espanha**, uma nova instrução adotada pela Secretaria Geral da Administração Prisional [elencas as novas áreas das prisões onde as câmaras de videovigilância devem ser instaladas e especifica as condições nas quais é possível aceder às gravações](#).

**ALTERAÇÃO DA PENA** ■ Na **Bélgica**, entrou em vigor uma reforma que atribui aos tribunais de execução a competência para decidir sobre a alteração da pena para todas as categorias de reclusos. Também na **Bélgica**, uma nova [lei permite a libertação antecipada de prisioneiros seis meses antes do fim da sua pena](#). O Tribunal Nacional **espanhol** (Audiencia Nacional) decidiu que, ao considerar a concessão de licença de saída temporária da prisão aos reclusos condenados por infrações de terrorismo, [os indicadores positivos de bom comportamento e de reinserção prevalecem sobre o requisito de pedido expresso do perdão das vítimas](#). Na **Itália**, um tribunal decidiu que um funcionário público condenado por corrupção agravada, cuja colaboração com a justiça fora reconhecida pelo juiz como circunstância atenuante do crime, pode pedir acesso a formas de punição que não o encarceramento imediatamente após o julgamento sem ter de se sujeitar ao escrutínio da magistratura di sorveglianza (juiz de execução de penas). Na **República Checa**, o Tribunal Constitucional recordou que a nenhuma categoria de reclusos deve ser vedada a possibilidade de liberdade condicional e especificou os critérios que os tribunais ordinários devem usar ao considerarem a concessão de uma segunda liberdade condicional pela mesma pena de prisão.

**TORTURA** ■ Na **Rússia**, entrou em vigor uma nova lei que reformula a definição de tortura na legislação criminal russa.

**TRANSFERÊNCIA** ■ Um tribunal **búlgaro** decidiu que [uma decisão da administração prisional de transferir um recluso, nomeadamente devido ao seu comportamento, foi arbitrária e ilegal](#). O Supremo Tribunal de Justiça **polaco** decidiu que [um condenado polaco com dupla nacionalidade pode ser transferido para outro Estado para cumprir uma pena de prisão](#).

**TRABALHO** ■ Um tribunal **austríaco** decidiu que um recluso impossibilitado de trabalhar devido a uma sanção disciplinar não pode receber compensação. Em **França**, os reclusos que trabalhem na prisão são agora recrutados por meio de um “contrato de trabalho prisional”. Na **Bulgária**, o Supremo Tribunal Administrativo decidiu que [a decisão do diretor de uma prisão de suspender um recluso do trabalho deve estar sujeita a controlo jurisdicional](#).

---

**LEIA O NÚMERO COMPLETO NO NOSSO *WEBSITE* >>**

---

Um agradecimento especial aos nossos [membros e parceiros associados](#) pela redação conjunta desta newsletter!

---

**EUROPEAN  
PRISON  
LITIGATION  
NETWORK**

[www.prisonlitigation.org](http://www.prisonlitigation.org)

21ter rue Voltaire

75011 Paris

France

[contact@prisonlitigation.org](mailto:contact@prisonlitigation.org)

---

Esta *newsletter* é financiada pela União Europeia, pelo ONUSIDA e pelo Robert Carr Fund. Os pontos de vista e opiniões expressos são, porém, da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente os da União Europeia, da Comissão Europeia, do ONUSIDA ou do Robert Carr Fund. Nem a União Europeia, nem a Comissão Europeia, nem o ONUSIDA, nem o Robert Carr Fund poderão ser responsabilizados por eles.

**ROBERT  
CARR  
FUND** For civil  
society  
networks



